

Memória e olhar como mecanismos de (re)leitura da história

Memory and looking as mechanisms of (re)reading of the history

Gisele Reinaldo da SILVA*

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

RESUMO: Abordaremos, neste artigo, a indissociabilidade das experiências – olhar e memória – a despeito da tendência moderna de considerá-las desacordes. Consideramos que a memória e o esquecimento são fundamentais para as hierarquias de poder entre as classes, grupos e indivíduos que dominaram ou dominam as sociedades históricas. Nesta pesquisa bibliográfica e qualitativa, baseamo-nos nas contribuições de Le Goff e Nora (1995) e de Le Goff (1990). Além destes, pautamo-nos em Weinrich (2001) e em Novaes (1988). Concluimos que a memória se desperta tanto em direção ao futuro quanto a respeito das simbologias e esperanças históricas passadas. Já o olhar, ao despertar-se em direção ao passado, instaura um desequilíbrio a respeito do presente, ao denunciar o fetichismo moderno, absorvido como progresso, da mesma forma que anuncia o desequilíbrio a respeito do futuro, pressuposto como *curado*, em que a história estaria solucionada e controlada por um poder irrepreensível, cujo papel seria de profilaxia social.

PALAVRAS-CHAVE: Memória. Olhar. História.

ABSTRACT: In this article, we will address the inseparability of experiences - look and memory - despite the modern tendency to consider them as disagreements. We believe that memory and forgetfulness are fundamental to the hierarchies of power between classes, groups and individuals that have dominated or dominate historical societies. In this bibliographic and qualitative research, we draw on the contributions of Le Goff and Nora (1995) and Le Goff (1990). In addition to these, we are guided by Weinrich (2001) and Novaes (1988). We conclude that memory is awakened both towards the future and regarding past historical symbologies and hopes. When we look towards the past, it establishes an imbalance regarding the present, when denouncing the modern fetishism, absorbed as progress, while it announces the imbalance regarding the future, presupposed as healed, in which the history would be solved and controlled by an irreproachable power, whose role would be social prophylaxis.

KEYWORDS: Memory. Look. History.

* Doutora e Mestre em Letras Neolatinas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – Programa de Pós-graduação em Letras Neolatinas – Faculdade de Letras. Especialista em Literatura Brasileira pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Graduada em Letras – português/espanhol – pela UFRJ e em Pedagogia pela UERJ. Está cursando o segundo doutorado em Ciência da Literatura (Teoria Literária) pela UFRJ. Docente de todos os cursos de graduação do Centro Universitário Carioca, UniCarioca – RJ. Lecionou no departamento de Letras Neolatinas (graduação em Letras) da UERJ (2013-2014) e no Colégio Pedro II (2018-2019). E-mail: giselere@gmail.com

O que obriga a história a se redefinir é, de imediato, a tomada de consciência pelos historiadores do relativismo de sua ciência. A história não é o absoluto dos historiadores do passado, providencialistas ou positivistas, mas o produto de uma situação, de uma história. Esse caráter singular de uma ciência que possui apenas um único termo para seu objeto e para si própria, que oscila entre a história vivida e a história construída, sofrida e fabricada, obriga os historiadores, já conscientes dessa relação original, a se interrogarem novamente sobre os fundamentos epistemológicos de sua disciplina.

Jacques Le Goff e Pierre Nora (1995)

Do esquecimento deseja-se a cura e ajuda quando dor e sofrimento oprimem um mortal. Pois poder esquecer sua desgraça já é metade da felicidade.

Harald Weinrich (1990)

Introdução

Este artigo debruça-se no entrecruzamento de duas experiências – o olhar e a memória – em suas especificidades e imbricações, como mecanismos de (re)leitura da própria história. Para norteamento desta pesquisa bibliográfica e qualitativa, pautada em revisão de literatura, analisaremos as concepções teórico-críticas presentes nos livros *História: novos problemas*, organizado por Jacques Le Goff e Pierre Nora (1995) e *História e memória*, Le Goff (1990). Além destes, embasamo-nos, também, nas considerações de Harald Weinrich (2001), no livro *Lete: arte e crítica do esquecimento*, e do pesquisador José Moura Gonçalves Filho, em seu texto “Olhar e memória”, presentes no livro *O Olhar*, organizado por Adauto Novaes (1988)¹.

Partimos de uma reflexão crítica acerca do novo conceito de história, comprometida com um processo de autorreflexão em relação ao seu próprio lugar de fala, sendo o tempo o seu objeto de análise. Avançamos, em seguida, para um estudo sobre a memória em sua relevância histórica e social e, por fim, correlacionamos a experiência da memória à experiência do olhar, no processo de formação das identidades individuais e coletivas nas sociedades históricas.

1 A história nova como ciência da mudança e transformação

¹ Este artigo é resultado de pesquisa de tese de doutorado, defendida em 2017, financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq.

No livro *História: novos problemas*, organizado por Jacques Le Goff e Pierre Nora (1995), lançado na França em 1974, historiadores egressos de múltiplos horizontes, pertencentes a gerações diferentes partilham – sem caráter de escola – um mesmo caminho de pesquisa: colocam em questão a própria história, enriquecendo e modificando seus setores tradicionais, de modo a estabelecer, por fim, novos objetos no campo epistemológico da mesma.

Tal pesquisa constitui-se relevante para este estudo, na medida em que aborda o conceito de história nova, a qual dilatou os mais seguros sistemas de explicação histórica, nas palavras dos historiadores franceses, em sua apresentação do livro (LE GOFF; NORA, 1995, p.13):

A história nova, que recusa mais do que nunca a filosofia da história e que se nega a reconhecer-se em Vico, em Hegel, em Croce, e muito mais em Toynbee, não se contenta mais, portanto, com as ilusões da história positivista e, para além da crítica decisiva do fato ou do acontecimento histórico, se volta para uma tendência conceitual que pode arrastá-la em direção a outra coisa que não ela própria, quer se trate das finalidades marxistas, das abstrações weberianas ou das intemporalidades estruturalistas.

Tomando, ainda, como base as considerações dos autores (1995, p.15), sobre em que se respalda a história nova:

De qualquer forma, a história nova se afirma na consciência de sua sujeição às suas condições de produção. Não é gratuitamente que cada vez mais ela se interessa por si própria e concede um lugar cada vez mais importante e privilegiado à história da história. Produto, ela se pergunta igualmente a respeito de seu produtor, o historiador. Esse cultivador, aventureiro, conquistador, que é o historiador moderno, encontra-se pouco à vontade no seu papel. Cada vez mais especializado, ainda não alcançou uma técnica que, por um lado, o proteja da promiscuidade dos vulgarizadores de baixa categoria, dos escreventes de historietas e, por outro, o eleve ao prestígio dos novos heróis científicos da segunda metade do século XX, os que controlam o átomo, a fórmula mágica, aqueles que alcançam o Prêmio Nobel. O historiador não pode ser mais Michelet, modelo inteiramente desesperador, gigante dos pés de barro; não pode ser (ainda) Einstein. Homem de ofício (Marc Bloch fez para ele um programa), ele, mais do que isso, é sempre um artista.

O modo como fazemos história visa esclarecer a história que deve ser feita, de acordo com a perspectiva apresentada pelos autores. Nesse sentido, mais que a ciência da autoridade do passado e consciência do tempo, a história nova é a ciência da mudança, da transformação.

Michel de Certeau (LE GOFF; NORA, 1995), no capítulo “A operação histórica”, admite que a história faz parte da realidade da qual trata e esta pode ser captada enquanto atividade humana, enquanto prática. Há, na operação histórica, a combinação entre um *lugar* social e as *práticas* científicas. O gesto que conduz as ideias aos *lugares* é, exatamente, um gesto de historiador (ênfases do autor). Na sua concepção, por mais gerais que se pretendam ser as considerações, ou por mais longe que se estendam as leituras, não se pode apagar a particularidade do lugar de onde se fala, bem com o domínio por onde se conduz uma investigação.

Para Certeau (LE GOFF; NORA, 1995, p.18), toda pesquisa historiográfica é articulada a partir de um lugar de produção socioeconômica, cultural e política, sendo assim, encontra-se “submetida a opressões, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade”. Os fatos históricos já estão inseridos no sentido da objetividade, de modo que enunciam escolhas que lhes são anteriores e não resultantes da observação seguida da verificação. Ao contrário, a relatividade histórica compõe um panorama em que, sob o fundo da totalidade da história, se destaca uma diversidade de filosofias individuais de pensadores que se fazem passar por historiadores.

O historiador tem o tempo como objeto de análise e seu trabalho funciona da seguinte maneira:

O historiador trata, segundo seus métodos, os objetos físicos (papéis, pedras, imagens, sons etc.) distinguidos, no *continuum* do percebido, pela organização de uma sociedade e pelo sistema de pertinências próprias a uma “ciência”. O historiador trabalha sobre um material para transformá-lo em história. Efetua então uma manipulação que, como as outras, obedece a regras. Tal manipulação assemelha-se à fabricação efetuada com o minério já refinado. Transformando de início as matérias-primas (uma informação primária) em produtos *standard* (informação secundária), transporta-o de uma região da cultura (as “curiosidades”, os arquivos, as coleções etc.) a uma outra (a história). Um trabalho “histórico” participa do movimento pelo qual uma sociedade modificou sua relação com a natureza, transformando o “natural” em utilitário (por exemplo, a floresta em exploração) ou em estético (por exemplo, a montanha em paisagem), ou fazendo passar uma instituição social de um estatuto a outro (por exemplo, a igreja convertida em museu). (LE GOFF; NORA, 1995, p.29)

A história das sociedades, em especial, baseia-se na análise das estruturas materiais, conforme a explicação:

A organização dos grupos, das comunidades familiares ou de vizinhança, das associações, dos bandos, das companhias, das seitas, a natureza e o vigor dos

laços que os ordenaram, a situação dos indivíduos nesse conjunto de relações, sua posição no seio de uma hierarquia complexa de estratos superpostos, a distribuição entre eles de poderes que não poderiam ser esclarecidos sem que previamente sejam reunidas todas as indicações que permitem reconstituir os componentes do espaço que os homens ocuparam, organizaram e exploraram, perceber o sentido dos diversos movimentos que determinaram a evolução do povoamento, definir o nível das técnicas de produção e de comunicação, compreender o modo pelo qual se encontravam divididas as tarefas, as riquezas e os lucros e como foram utilizados os excedentes. (LE GOFF; NORA, 1995, p.130)

Na concepção de Georges Duby (LE GOFF; NORA, 1995), no texto “História social e ideologia das sociedades”, tanto as regras do direito como os decretos de poder são alimentados pelo sistema de valores, o qual determinará os princípios das ações que irão compor o devir do corpo social, em que se fundamenta o sentido atribuído por cada sociedade à sua história. Esse sistema embasa, ainda, o lugar onde as reservas de esperança são acumuladas, os sonhos e utopias são fomentados, quer sejam projetadas em relação ao passado – a uma idade de ouro com encantamentos quiméricos –, quer sejam direcionadas ao futuro – posteridade estimada pela qual se precisa lutar.

O historiador deve apropriar-se do estudo das ideologias, no sentido amplo do termo, a despeito das entoações pejorativas às quais se encontram frequentemente carregadas, entendendo-as como um sistema de representações (imagens, mitos, ideias ou conceitos, conforme a ocasião) dotado de uma existência e papel histórico no seio de uma determinada sociedade.

Para Duby (LE GOFF; NORA, 1995), as ideologias são sistemas completos e naturalmente globalizantes, os quais pretendem oferecer à sociedade uma representação de seu passado, presente e futuro, ligada à totalidade de uma visão de mundo. Não obstante, são igualmente deformantes porque a imagem que oferecem da estrutura social se constrói a partir de uma arrumação coerente de inflexões, escapatórias, distorções, cuja perspectiva serve a interesses particulares. Trata-se de um jogo de luzes que oculta certas articulações por, necessariamente, direcionar toda a luz sobre outras.

Com isso, ocorre a coexistência, numa mesma sociedade, de vários sistemas de representações, certamente concorrentes e obedientes aos diversos níveis de cultura. Determinadas pela disposição das relações de poder, trata-se de ideologias antagônicas e justapostas, cuja imagem oferecida é edificada no mesmo conjunto cultural, exprimida pela mesma língua.

Além de globalizantes, deformantes e concorrentes, as ideologias revelam-se, também, estabilizadoras. Há uma força de atração inerente a todo sistema de valores, inclinando-o à estabilidade, visto que nenhuma força revolucionária se propõe como permanente. O próprio medo do futuro faz com que as ideologias se apoiem na força da conservação, a fim de controlar o risco de rompimento do equilíbrio social.

Contudo, em todas as culturas cuja história pode ser escrita, todos os sistemas ideológicos assentam-se numa perspectiva dessa história, de modo a estabelecer, a partir de uma memória de tempos passados, seja real ou mítica, o projeto de um futuro o qual propiciaria a composição de uma sociedade mais perfeita.

2 Por um estudo da memória em sua relevância histórica e social

Em outro livro, *História e memória*, Le Goff (1990) apresenta o estudo da memória coletiva como campo que abarca a psicologia, a psicofisiologia, a neurofisiologia, a biologia e, inclusive, a psiquiatria, no tocante às perturbações da memória, entre as quais, encontra-se a própria amnésia.

Nas profundezas do estudo da memória, dentro destas áreas científicas, podem surgir traços ou problemas da memória histórica e da memória social, seja de forma metafórica ou concreta, de acordo com o historiador (1990, p.367):

Ainda é mais evidente que as perturbações da memória, que, ao lado da amnésia, se podem manifestar também no nível da linguagem na afasia, devem em numerosos casos esclarecer-se também à luz das ciências sociais. Por outro lado, num nível metafórico, mas significativo, a amnésia é não só uma perturbação no indivíduo, que envolve perturbações mais ou menos graves da presença da personalidade, mas também a falta ou a perda, voluntária ou involuntária, da memória coletiva nos povos e nas nações que pode determinar perturbações graves da identidade coletiva.

Na defesa do autor (1990), a memória e o esquecimento são de fundamental relevância para as hierarquias de poder entre as classes, grupos e indivíduos que dominaram ou dominam as sociedades históricas. Nesse contexto, o linguista alemão Harald Weinrich (2001), no livro *Lete: arte e crítica do esquecimento*, ao escrever a história cultural da dupla face do esquecimento – da técnica em vencê-lo e da crítica feita em querer vencê-lo – considera este estudo indispensável, tendo em vista a inerente necessidade humana de combater e, concomitantemente, contar com o esquecimento.

Partindo dessa premissa, o autor (2001) trata o esquecimento como oriundo das profundezas da memória, onde algo é depositado dentro e, igualmente, de onde algo pode ressurgir. Weinrich (2001, p.23) explica, ainda, as modificações decorrentes da relação entre escrita e memória:

Com as mudanças e modernização do material de escrita modificam-se também as metáforas do lembrar e do esquecer. Quando algo que foi escrito no papel pode ou deve ser esquecido, é *apagado com a borracha e removido*, de preferência com uma esponja úmida (*passa uma esponja por cima!*). A metáfora do *apagar* ou do *deletar* acompanha a reflexão sobre o esquecimento desde a Antiguidade até a era dos utensílios modernos para escrever e calcular da elaboração eletrônica dos dados. Assim, a tecla de *deletar* tornou-se uma das mais importantes do computador; mas ai de nós se for usada de modo errado ou na hora errada, pois então acontece a *perda* do programa, pesadelo temido de todo o usuário (expresso na metáfora comum da *cova* ou *buraco*). É a morte do trabalho intelectual realizado, e o recordado ou armazenado tomba no *túmulo* do esquecimento.

Do esquecimento pode brotar consolo. Homero, primeiro poeta grego a conceder ao esquecimento uma posição de honra na literatura através de sua *Odisséia*, percebe que memória e esquecimento estão mais interligados do que se pode notar à primeira vista. Platão, por sua vez, considera que aprender significa recordar. Por uma visão metafísica, está convencido de que o saber nasce de uma existência anterior ao nascimento, em que a alma, livre da corporeidade, contempla ideias eternas. Deste modo, nascimento significa esquecimento. (WEINRICH, 2001)

Esse esquecimento, porém, não é total, para que o saber latente renasça com os estímulos pedagógicos que cada indivíduo experimenta após o nascimento, pois, na visão de Platão, “para a vida humana nesta terra, entre nascimento e morte, o esquecimento está no início e marca o ritmo” (WEINRICH, 2001, p.43). Na mesma medida, crê, ainda, que cada alma humana é recoberta, no nascimento, por uma camada de ausência de impressões, que será preenchida por memórias novas, ao longo do tempo.

No tocante à morte, esta se firma como um poderoso agente do esquecimento, embora não seja onipotente, já que os homens buscaram solidez de recordações contra o esquecimento na morte, tanto através da arqueologia e estudos históricos, como por rituais de culto aos mortos, incluindo pedidos, sacrifícios e ofertas das mais variadas. A conclusão a que se chega é a de que o tempo está antes mais intrinsecamente ligado ao esquecer do que ao lembrar.

Dante, poeta florentino autor da *Divina comédia*, escreve esta obra no início do século XIV, firmando, assim, uma ilustração literária precisa da antiga arte da memória, em que os conteúdos da memória são concebidos como “imagens” que o narrador deve colocar em determinados “lugares” de uma paisagem de memória anteriormente selecionada. O curso da narração alicerça-se, então, em perpassar os locais de memória, sequencialmente, a fim de invocar na ordem determinada as imagens de memória ali armazenadas. (WEINRICH, 2001)

Com a passagem dos séculos, houve uma crescente carga de memória da história e o que em Nietzsche ainda era um problema específico do historiador e filólogo transforma-se, no século XX, em um problema geral da sociedade: o aumento irrefreável da quantidade de dados oferecidos para informação com pretensão de serem assimilados. A sociedade da informação estabelece-se como uma rede global, abrangendo todas as manifestações de vida, de modo que sua concretização se torna, igualmente, um pesadelo. Weinrich (2001, p.283) questiona o seguinte:

Onde está nesta época pós-moderna aquela consideração atemporal que se pode produzir com visão clara uma contabilidade entre utilidade e desvantagens da informação para a vida, de modo que em caso de necessidade esta possa ser modificada rejeitando-se corajosamente a informação supérflua?

Numa sociedade superinformada, a verdadeira sabedoria não consiste em adquirir informações, mas em rechaçá-las. O arquivo, por exemplo, é uma instituição onde se guardam documentos, dispostos como um tesouro escrito em que se armazenam processos de natureza jurídica e administrativa, como modelo e referência para fins futuros, os quais podem ser, também, de natureza histórica. Enquanto, em tempos antigos, os arquivos “públicos” eram informações sociais guardadas em quantidade limitada, com a explosão das informações do mundo burocrático, acumula-se, em qualquer unidade administrativa, durante um ano, tanto material arquivável quanto antigamente em um século inteiro.

Para Weinrich (2001, p.285), “nenhum arquivo do mundo pode crescer tão depressa quanto cresce a complexidade do mundo, e com isso a quantidade de informação disponível”. O esquecimento, como opção de uso da tecla *delete*, insere-se, nesta conjuntura, na tentativa precária de equilíbrio entre o lembrar e o esquecer.

De acordo com Weinrich (2001), quando Jorge Luis Borges escreve o *La Biblioteca de Babel*, em 1941, com sua ilimitada capacidade de armazenamento, o escritor argentino propõe a existência de uma biblioteca que não apenas contém todos os livros que existem, mas todos os que poderiam vir a existir no futuro, surgidos no campo da imaginação. Com isso, a história do futuro estaria contida, em todos os seus pormenores, na Biblioteca de Babel borgiana. Nas palavras de Weinrich (2001, p.288):

A consciência de que em Babel existe essa biblioteca universal a princípio provoca em todos os bibliotecários que trabalham nela sentimentos de alegria, e cheios de esperança procuram na massa de livros – à semelhança de Mallarmé e Valéry – *aquela* livro que reúna em si toda a complexidade dos demais, e que, sendo “chave e compêndio” deles, deve-se assemelhar a uma divindade. Mas esse “livro total” não é encontrado. Instaura-se a decepção e a depressão, alguns bibliotecários enlouquecem.

Há, na obra do autor, reflexões sobre as fronteiras naturais entre memória e esquecimento. Para Borges, a memória é onipresente, no entanto, um esquecimento generalizado também forma parte da natureza humana. Sua hipótese é a de que o esquecimento é uma das formas de memória e nele concretiza-se o tempo que escorre, ainda que de forma intrigante. No entendimento de Weinrich (2001, p.289), Borges “fala o poder de largar e poder esquecer a generosidade de um homem que pode se despedir alegremente de uma vida rica e plena, com seu precioso tesouro de saber”.

3 O olhar e a memória como experiências indissociáveis

No livro *O Olhar*, organizado por Aduino Novaes (1988), o pesquisador José Moura Gonçalves Filho, em seu texto “Olhar e memória”, aborda a relação entre as duas experiências – olhar e memória – a despeito da tendência moderna de considerá-las desacordes. Na visão do autor, o olhar contemporâneo está focado no imediato sem interioridade e, ao se despertar em direção ao passado, instaura um desequilíbrio a respeito do presente, na medida em que denuncia o fetichismo moderno, absorvido como progresso, mas que promove a desqualificação e esvaziamento da experiência, escravizada pela presunção de uma razão administrativa, tecnocrática, desesperada pelo inédito.

Na premissa de Gonçalves Filho (NOVAES, 1988), a modernidade, sustentada pela aparência de desenvolvimento, reduz todos os motivos vitais ao motivo do capital,

cuja ambiguidade suprime o passado, por entendê-lo como involutivo, obsoleto e irracional, mas, em contrapartida, não suprime a irracionalidade da divisão burguesa do trabalho, por exemplo.

Da mesma forma, o olhar anuncia um desequilíbrio a respeito do futuro, pressuposto como *curado*, onde a história estaria solucionada e controlada por um poder irrepreensível, cujo papel seria de uma profilaxia social. Excluem-se, nesse caso, as contradições da espontaneidade, do desejo, quer-se dizer, tudo o que atravessa o tempo da memória, a qual enxerga o curso da existência como heterogêneo e fértil de possibilidades imprevisíveis. A memória, de acordo com Gonçalves Filho (NOVAES, 1988, p.96), suspende “qualquer relação de mando entre o sujeito e a história, insuflando-a de mistério e surpresa, risco e expectativa, iniciativa e observação”.

A memória contrapõe-se a este espírito moderno de asseio e austeridade futurista, implementador de um julgamento e inspeção em toda parte, desde as instituições aos interstícios dos pequenos encontros. Nas palavras exatas de Gonçalves Filho (NOVAES, 1988, p.96):

[...] a *memória* expõe, no contraponto, a amabilidade e a brandura ante os sabores, os aromas, as cores, as sonoridades, as formas essenciais de uma cultura: significantes de uma maneira de ser que a subjetividade e a intersubjetividade compuseram de modo mais ou menos inconsciente e que, como desta vez previne Merleau-Ponty, revoluções ansiosas podem violar: incapazes de suportar os riscos da liberdade, autorizar-se-ão absolutos de negação – recusa indiscriminada de tudo que não foi imediatamente justificado perante grosseiros programas de reforma. A longo prazo, novas opressões quando se pretendia suprimi-las e talvez precisamente porque se pretendia de modo infalível suprimi-las.

Tomando como base, ainda, a elucidação do autor (NOVAES, 1988, p. 96), no tocante à relação entre história e memória:

As lógicas da história não superam a própria história como leis essenciais: não possuem, como sublinha Marilena Chaui, “uma garantia transcendente à própria história”. Pois no tempo da *memória*, ocorre que todo empreendimento foi tentativa, todo projeto foi voto, anseio, desejo. Aquilo que apareceu como fracasso, desvio, interrupção, aquilo que apareceu como antinomia, como contradição lógica ou anti-sistêmica, que se deveria corrigir ou suprimir, a *memória* pode reencontrar como impasse existencial ou conjuntural, e que pode inspirar, desafiando a inteligência, fazendo inventar novo ponto de vista e novas ousadias.

Trata-se de uma memória que não pretende ser evasão ou escapismo, mas, sim, aquela que acessa o presente, unvida por visões de outros tempos, a partir de um olhar

que possui uma função clara: olhar em direção ao passado, para recorrer imagens de outrora, as quais ressurgem “nas nervuras de uma vida em ato” (NOVAES, 1988, p. 97). Rememorar significa, nesse caso, possuir uma liberdade criadora, um espírito desperto, além da capacidade de não confundir o presente com o passado, reconhecendo as lembranças passadas em oposição às imagens atuais.

Qualquer evocação do passado exige uma inteligência do presente. A lembrança é o diamante bruto a ser lapidado e, na mesma medida, o homem só se reconhece enquanto tal ao lograr deslocar-se, mesmo por instantes, das determinações de seu presente histórico-cultural. Para Gonçalves Filho (NOVAES, 1988, p. 98), “a memória nos solicita e revigora. Desconcerta, alargando motivações que o tempo acanhou”.

A lembrança transita mais livremente, mais alheia à rigidez dos compassos desvitalizados dos conceitos, das ideias permanentes, dos princípios abstratos:

A memória tece lembranças assentadas na efetividade de acontecimentos, miúdos ou grandiosos, e no impacto e eloquência que impuseram a observadores participantes, que nestes acontecimentos se engajaram integralmente. [...]. Uma *experiência* possui *plasticidade*: não fixa saberes, remetendo sempre nossa atenção para os sentidos inesgotáveis de umas práxis. Possui *perceptibilidade*: oferece traços inconfundíveis que a singularizam. Possui *realizabilidade*: impõe-se como realidade incontestável através das diversas interpretações que pode sustentar. (NOVAES, 1988, p. 98)

Ao evocar nossas experiências em sua ambivalência, ou seja, no que possuem de bonito e feio, íntegro e incoerente, comum e incomum, adequado e inconformado, êxito e fracasso, amor e medo, luta e preguiça, vida e morte, a lembrança destaca mais a fluidez dos dramas existenciais que as definições e pensamentos padronizados e disseminados em dada época. O esforço da memória contrasta com o esforço científico, à medida que faz ver um fato a partir dos sujeitos que o protagonizam embora, concomitantemente, encontre nestes as influências mais arraigadas e inextinguíveis de uma era.

Gonçalves Filho (NOVAES, 1988, p. 99) explica o seguinte:

A memória oferece o passado através de um modo de ver o passado: exercício de congenialidade, onde há, pois, investimentos do sujeito recordador e da coisa recordada, de maneira que ao termo e ao cabo do trabalho de recordação já não podemos mais dissociá-los: então fará tanto sentido entender o sujeito a partir do que recordou quanto o que recordou a partir do modo como o fez. A recordação traz a marca dos padrões e valores mais ou menos ideológicos do sujeito, a marca dos seus sentimentos, a colorir

eticamente e afetivamente a lembrança, traz a marca de sua inteligência, a encontrar razões do passado – e a recordação traz, ao mesmo tempo, as determinações do passado na urdidura daqueles padrões, daqueles valores, daqueles sentimentos, daquela inteligência.

A memória penetra o histórico e o íntimo, o geral e o particular, em todos os contextos – no bairro, na cidade, na escola, no trabalho, na família etc. – onde o sujeito se empenha em ser humano, com todas as simbologias e contradições engendradas nas ações que realiza.

Conclusão

A memória e o esquecimento, por instituírem mecanismos de manipulação da memória coletiva, tornam-se imprescindíveis no conhecimento da memória social, tendo em vista que, nos problemas do tempo e da história, a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento. Já o olhar contemporâneo está focado no imediato sem interioridade, assim como a memória está subjugada a uma função supérflua esterilizante. Nosso propósito, semelhante ao dos teóricos abordados nesta pesquisa, foi o de reunir os dois temas a partir de uma postulação em que os trabalhos de memória despertem um olhar mais zeloso, tanto em direção ao futuro, quanto a respeito das simbologias e esperanças históricas passadas.

O papel da memória consiste, nesse sentido, em demonstrar que o nexos das atitudes humanas não pode ser resolvido, exclusivamente, por nenhuma sociologia ou psicologia normalizadora, sobretudo, para que as experiências vividas não sejam absorvidas de maneira cristalizada. Contrariamente, estas atravessam variações, fundamentam focos e direções existenciais diversas, na medida em que se caracterizam, afinal, como acontecimentos experimentados por sujeitos permeados por cultura e desejo, estereotípias e idiosincrasias.

REFERÊNCIAS

GONÇALVES FILHO, J. M.. “Olhar e Memória”. In: NOVAES, Adauto (org.). **O olhar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, pp. 95-124.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão [et al.]. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1990. (Coleção Repertórios)

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: novos problemas**. Direção de Jacques Le Goff e Pierre Nora. Trad. Theo Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

SILVA, Gisele Reinaldo da. **Arturo Uslar Pietri e o romance histórico contemporâneo: metáforas de um novo homem**. Tese (Doutorado em Letras Neolatinas). Faculdade de Letras. Programa de Pós-graduação em Letras Neolatinas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 259f, 2017.

WEINRICH, Harald. **Lete: arte e crítica do esquecimento**. Trad. Lya Luft. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.